

O PRIMEIRO SÉCULO

«As mulheres são feitas duma só matéria abrasiva, a de romperem as situações estáveis.»

AGUSTINA BESSA-LUÍS, *As Terras do Risco*, Guimarães, 1994, p. 137.

Se exceptuarmos algumas raras soberanas carismáticas (Catarina da Rússia, Maria Teresa de Áustria, Cristina da Suécia, Isabel I ou Vitória de Inglaterra, entre outras), o século xx marcou a entrada das mulheres na História. Ou, como escreve Julia Kristeva na introdução à sua trilogia sobre *O Génio Feminino*: «O século xx pôs fim à crença segundo a qual as mulheres eram aquela metade duma espécie de mamíferos que se destina aos nascimentos». Ainda estamos a sentir o impacto desta mudança profunda, que abriu às mulheres o mundo do trabalho e do poder, aos homens o mundo dos afectos, e a ambos a nova aventura da intimidade. Em *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, (Faculdade de Direito de Lisboa, 1990) Teresa Beleza pergunta: «Será verdade que as mulheres são mulheres, os homens são homens, e, depois, todas elas e todos eles são pessoas? Ou a nossa humanidade é una na sua multiplicidade contínua de traços ditos femininos e masculinos?». A esta hora da História é já visível que as categorias femininas e masculinas se manifestam indiscriminadamente nos homens e nas mulheres que se dão ao luxo de aprofundar o seu ser, apesar de todos os condicionamentos culturais

que nos turvam de separatismos. Teresa Beleza aponta *Orlando* de Virginia Woolf como «exemplo simbólico ou metafórico desta realidade».

Aliás, é curioso observar como muitas das mulheres que, por tristes razões de conveniência social, preferem não se declarar feministas, comungam com as feministas radicais de uma mística do feminino que arreda os homens de tudo quanto é simpático nos sentimentos e actos, definindo de forma estanque uma série de «valores» femininos: afecto, lealdade, transparência, generosidade, intuição, pragmatismo, sentido de humor, desembaraço. Pretender definir um dos sexos através desta curta súpula de maravilhas é, parece-me a mim, sexismo. Como afirma Ana Vicente (em *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*, Círculo de Leitores, 1998): «Tal como o racismo, o sexismo foi e é um tremendo erro, pois torna a procura da felicidade muito mais nebulosa e tacteante». Por isso, a páginas tantas, quando Orlando passa do sexo masculino ao feminino, Virginia Woolf escreve: «A mudança de sexo, muito embora alterando-lhe o futuro, não lhe alterava a identidade». Por isso também o assunto da «escrita feminina» me cheira ao esturro da discriminação: a única distinção que faz sentido é a que engloba as/os escritoras/es capazes de escavar o fundo secreto dos tempos e das almas.

Entretanto, verificam-se ainda múltiplas e persistentes formas de discriminação das mulheres, em Portugal e no mundo. A maioria dos pobres do mundo é composta por mulheres e o número de mulheres que vivem em pobreza rural cresceu cinquenta por cento desde 1975. Dois terços das horas de trabalho do mundo são cumpridas por mulheres e são elas quem produz metade da alimentação global, e no entanto ganham apenas dez por cento do rendimento mundial e não chegam a possuir um por cento da propriedade do planeta. Milhões de meninas ficam para sempre amputadas pela mutilação genital — prática tenebrosa e muito mais expandida do que se possa pensar, frequentemente

desculpabilizada pelo relativismo cultural politicamente correcto. As mulheres representam, ainda hoje, menos de um terço dos eleitos nos parlamentos nacionais da União Europeia. E só um quarto dos lugares de liderança das empresas ocidentais (porque das outras nem vale a pena falar) são ocupados por mulheres — em Portugal, nem isso: são dezasseis por cento. Que em geral ganham muito menos, em iguais funções, do que os seus congéneres masculinos. Ora a menorização das mulheres menoriza também os homens, empobrecendo não só as relações entre os sexos mas também o desenvolvimento do mundo humano.

Foram felizmente muito mais de vinte as mulheres que marcaram o mundo neste primeiro século de emancipação. Esta é, por conseguinte, uma escolha — necessariamente parcial, assumidamente subjectiva. Hannah Arendt escrevia, numa carta (de 24 de Março de 1930) a Karl Jaspers: «Parece que certas pessoas estão na sua própria vida (e unicamente aí, não, por exemplo, enquanto pessoas) de tal forma expostas que se tornam, por assim dizer, encruzilhadas e objectivações concretas da vida». É exactamente este tipo de pessoas que me interessa — concordando ou discordando dos seus pontos de vista, pouco importa — porque arrastam consigo, mais do que o sentido do seu tempo, um universo de sentido particular que ilumina a existência para lá das coordenadas espaço-temporais.

Trata-se de dar a conhecer a vida e a obra de vinte mulheres que, como escreveu Agustina, corromperam «situações estáveis» — no pensamento, no romance, na poesia, na dança, na política, na ciência, na pintura, na música, na religião, no cinema, enfim, na própria imagem do feminino. Muitas outras podiam ter cabido neste número redondo, que serve apenas como marco dos dezanove anteriores séculos de silêncio (entrecortado por algumas obras imediatamente abafadas). Procurei reunir alguns símbolos populares do século (como Marilyn Monroe, Evita, Agatha Christie, Golda Meir ou Madre Teresa) com mulheres menos conhecidas,

mas cuja acção ou pensamento marcaram rupturas decisivas na nossa percepção do mundo (como Lou Salomé, Hannah Arendt ou Frida Kahlo). Verifiquei *a posteriori* que, das cinco portuguesas seleccionadas, quatro eram pessoas cuja obra ainda estava em curso quando escrevi este livro, no ano 2000 (embora já fosse possível destacar a singularidade totalizadora dos seus universos particulares). Creio que esta opção inconsciente se prendeu tanto com o claustrofóbico passado recente português quanto com um intransponível factor subjectivo: cresci com as obras de Agustina, Sophia, Amália, Paula Rego e Maria João Pires e os seus trajectos — que têm em comum um princípio (est)ético de contágio entre arte e realidade — influenciaram-me decisivamente. Infelizmente, nesta nova edição, naturalmente revista, só duas dessas cinco grandes artistas portuguesas estão vivas.

Iniciei este projecto no semanário *Expresso*, onde algumas destas biografias foram publicadas. Agradeço ao então seu director, José António Saraiva, o acolhimento que deu a esses trabalhos, estimulando-me assim a prosseguir nesta espécie de balanço do século xx no feminino, que não pretende ser mais do que um pequeno contributo para a análise do papel das mulheres na História contemporânea. E agradeço a Maria Ana Barba, que me apoiou na investigação de cinco destas biografias: Marie Curie, Simone de Beauvoir, Bette Davis, Marilyn Monroe e Paula Rego. Sem a qualidade e a rapidez desse seu trabalho, a edição inicial deste livro — publicada em 2000 pelas Publicações Dom Quixote com o título *Vinte Mulheres para o Século XX* — só teria vindo à luz já em pleno século xxi. Esta reedição, como já referi, revista e actualizada, inclui, como prefácio, e com autorização do autor, que infelizmente já não poderá ver esta edição, a generosa crónica que o meu muito querido amigo Eduardo Lourenço escreveu sobre este livro para a revista *Visão*, a 28 de Dezembro de 2000.

Não procurei atingir nenhuma conclusão redentora, e muito menos fazer psicanálise, mas fui anotando algumas

curiosas coincidências. A mais interessante é a que se refere à infância destas mulheres: quase todas perderam um dos pais, ou ambos, numa idade muito precoce. A esmagadora maioria delas não teve nenhuma das condições que hoje julgamos indispensáveis ao adequado florescimento de uma criança; pelo contrário, vicissitudes de toda a espécie (económicas, afectivas, políticas) — acrescidas, em alguns casos, de graves problemas de saúde — marcaram os seus primeiros anos de vida. O que nos dá ocasião para reflectir sobre algumas ideias instaladas acerca de um suposto «equilíbrio infantil» estreitamente ligado à presença contínua da mãe junto das crianças — ideias que circulam com maior intensidade sempre que o desemprego aumenta, com o objectivo concreto de afastar as mulheres da grande arena do Mundo.

Cada uma destas vinte mulheres foi tocada por um qualquer dom, mas o que as tornou diferentes de todas as outras foi a história única que cada uma delas elaborou contra o medo e o seu grande guardião — a tradição. Acompanhou-as sempre essa filha da imaginação chamada coragem. Por isso, não se limitaram a mudar o mundo — mudaram, além do seu tempo, a imaginação do Mundo.

INÊS PEDROSA

Setembro de 2000 — Novembro de 2020.

© Sibila Publicações

LOU ANDREAS-SALOMÉ, A MUSA VAMPIRO

(1861-1937)

Quando a senhora Von Salomé, viúva do general czarista Gustav Von Salomé, escreveu em sobressalto à sua filha Louise, em 1882, dizendo-lhe que contava vê-la em breve com um véu de noiva, recebeu na volta do correio estas palavras desassombradas de uma estranha Lou: «O chapéu de Paul Rée assenta-me muito melhor».

É verdade que esta réplica era transgressora no palco ainda teatral dos últimos anos do século XIX. É verdade que Lou Andreas-Salomé passou a vida inteira a rasgar véus. É verdade que se fez acompanhar por alguns dos mais fundamentais chapéus do pensamento moderno — Nietzsche, Rilke, Freud. Mas se fossem só estas as verdades dessa belíssima mulher, a sua história e as suas histórias não seriam hoje mais do que o perfume romântico de uma época, ela não seria mais do que um símbolo para a ficção dos outros.

Ora Lou Salomé decididamente não foi exemplo, personagem. Foi integralmente pensadora, ensaísta, romancista, psicanalista, amiga — e subsidiariamente filha, esposa, musa, amante. Publicou vinte livros (romances e ensaios) e cento e vinte artigos; esteve no centro dos grandes debates do seu tempo: psicanálise, socialismo, libertação sexual.

Entretanto, as enciclopédias esquecem-na; o seu nome só existe entre nós em estreitos circuitos internos, como papel de embrulho para brilhos barbeados. Nietzsche terá escrito *Assim Falava Zaratustra* em desespero de amor por ela. Rilke agradecia-lhe a depuração da sua poesia (Lou era uma crítica implacável, nada complacente com lirismos decorativos) e as viagens à Rússia, que lhe ampliaram a alma. Freud reconhecia nela o poder de fazer subir as suas «melodias» (...) «uma oitava acima». Muitos outros homens (o sociólogo Ferdinand Tönnies e o psicólogo experimental Hermann Ebbinghaus, por exemplo) beberam dela a inspiração da paixão. É ela a *Lulu* de Wedekind.

Liliana Cavani filmou-a como a mítica mulher-que-possui-dois-homens (no, aliás fascinante, *Para Além do Bem e do Mal* (*Al di là del bene e del male*, 1977), com uma portentosa Dominique Sanda). Geralmente, as mulheres gostam de a ver como um estereótipo da libertação feminina, a fustigadora de preconceitos que um belo dia decidiu viver numa trindade anti-sagrada.

Mas as duzentas páginas das suas memórias (editadas em Portugal, primeiro pela Relógio d'Água — 1987 — e depois pela Livros do Brasil — 1991) fazem estremecer estas imagens fixas. É um livro francamente denso, feito de sequências de frases sólidas, muito além (no sentido da ascensão) do conforto bem pensante dos juízos morais ou das tiradas originais. Carregado de ideias filosóficas, questões teológicas, episódios irredutíveis — e no entanto fluente; perpassa nestas páginas um tom de franqueza sem desperdícios, de fé sem explicação nem tagarelice que constitui o ser profundo desse povo russo que Lou, a estrangeirada, a «poeta da psicanálise» (a expressão é de Freud), analisa tão bem.

É esse mesmo dom de tocar o essencial com a serenidade de quem afaga um rosto que esteve longe sem nunca se distanciar (a vida de Lou foi fértil dessas «correspondências secretas» que se mantiveram dentro de silêncios abissais e, às vezes, apesar de mal-entendidos e rumores do mundo)

o que matiza aquela vontade quase irritante de tudo querer desvendar, explicar e exorcizar, que lhe ficou do exercício apaixonado da psicanálise. Algo como a edificação de São Petersburgo a partir da límpida simplicidade da água e de um punhado de sonhos. Dos alicerces às torres, incluindo uma espantosa variedade de peixes subterrâneos, cada um mais necessariamente necessário do que o anterior.

Lou Andreas-Salomé nasceu em São Petersburgo a 12 de Fevereiro de 1861, numa família aristocrática e prolífera, e dançava pelos salões encerados do palácio de seus pais de todas as vezes que as visitas saíam. Nunca gostou de visitas, sempre gostou das pessoas, uma por uma. Somou a ternura expansiva do pai à intacta solidão da mãe, ao sentimento de solidariedade dos dois. Um dia, criança ainda, desafiou o próprio Deus; como ele não se dignou a aparecer-lhe, sentiu-se abandonada. Mas esse abandono levou-a a criar «um imenso laço comum com tudo o que existe». Sentiu-se deusa de um mundo todo ele divino, composto por um *Deus desfeito em branco*.

Terá sido esse seu fundo branco luminoso o que — para lá da sua figura alta e elegante e dos seus magníficos olhos azuis — atraiu outros buscadores de Deus perdidos a negro, como Nietzsche, Rée, ou, sobretudo, Rilke. Se o comportamento de Lou Andreas-Salomé se desenrolou de acordo com o princípio: «o mundo com pouco te dotará; se queres ter uma vida: rouba-a», também sempre soube, ainda que não expressamente, que «somos todos mais poetas do que homens de razão; aquilo que poeticamente somos, no sentido mais profundo, é maior do que aquilo que conseguimos ser», ou que «as coisas são belas e de valor quando são dons e não aquisições». Sempre adoptou um «modo de ser confiante» que lhe advinha de «uma antiquíssima experiência» de mediadora, já que «assinamos com o nosso nome algo que nos é igualmente ditado». Por isso nunca se atravancou de ambições e objectivos. Por isso nunca lhe pareceu que a exclusividade das relações se pudesse viver em mono-

pólio, que a fidelidade servisse para altear a vida; não estava o Bom Deus com todas e com cada uma das suas criaturas em particular? — reflectia ela, na sua incessante paixão de tudo pensar.

«Sou para sempre fiel às recordações; nunca o serei às pessoas», estava escrito num diário antigo da jovem Louise. Aos dezasseis anos conheceu o mundano pastor Hendrik Gillot, cerca de vinte e cinco anos mais velho do que ela, por quem se apaixonou, salvando-se assim da «solidão da fantasia». Gillot seria o espelho em que a serena Louise se descobriria como rebelde Lou (foi ele quem começou a chamá-la assim). Porém, no momento em que esse ser estelar a pediu em casamento, procurando «trazer o céu para a terra», desvaneceu-se diante dos seus olhos, passou a ser apenas mais um homem, carne mortal. Na sequência desta decepção, Lou seguiu para a Universidade de Zurique, para estudar Filosofia e História das Religiões, mas foi acometida de hemorragias pulmonares e a mãe levou-a para Roma. Aí conheceu Paul Rée, doze anos mais velho do que ela, na Primavera de 1882. Ainda em Roma, através de Rée, conheceu Nietzsche, dezassete anos mais velho. Ambos se deslumbraram com ela, o que a levou a propor-lhes a famosa santíssima trindade: viveriam os três, como irmãos. Não era bem o que cada um deles sonhava, mas era o que se podia ter desta mulher que erigiu a Amizade como grande paixão da sua vida. O corpo foi, até muito tarde, a sua grande elipse. Talvez essa elipse não pudesse ser ultrapassada, para uma mulher nascida em meados do século XIX numa família de varões e tradições russas. Ou talvez, simplesmente, desprezasse a beleza e o sexo como única instituição de reconhecimento das mulheres. Defendia o narcisismo como pura energia criadora, emanção de um poder feminino de generosidade. E repetia: «O que importa não é o que os outros pensam de mim, mas o que eu penso deles». Pensando sem repouso — nem em sonhos descansava, porque mal acordava começava a interpretar o que acabara de sonhar —, passou a vida a isolar e



aprofundar parcelas. Separou o casamento do sexo, o sexo do amor, o amor da paixão, e todas estas coisas menores do trabalho e da seriedade. Portou-se como um homem e os homens tornaram-se desesperadamente femininos nas suas mãos. Ficou-se pela limpidez da liberdade. Cruzou, loura e tranquila, as tempestades causadas pela sua inalterabilidade; construiu-se como estátua em vez de se disseminar nos outros em pó de estrelas: «o comportamento amoroso não se orientava em mim, desde o início, para a conclusão habitual, mas, por intermédio da minha vivência pessoal, continuava, para além da pessoa do amado, a trabalhar no sentido de uma simbolização quase religiosa».

É curioso observar que, enquanto outras mulheres da sua época, ou até de épocas um pouco mais avançadas, se preocuparam em manter uma certa discrição social quanto às suas relações íntimas, ao mesmo tempo que as imortalizavam por escrito em confissões impudicas (casos de Anaïs Nin e Frida Kahlo, por exemplo), Lou Salomé fez questão de ostentar a sua vida livre, vivendo taxativamente com dois homens em simultâneo, e deixando escrito que se tratava apenas de uma comunhão intelectual. Gelada? A fotografia-fetichista desta união, que nos mostra Lou, de chicote na mão, numa carroça puxada por Nietzsche e Rée, contribuiu para atear o mito. Nas suas memórias autobiográficas, Lou conta que a ideia da pose e do chicote partiu de Nietzsche, o homem que mais tarde produziria (como vingança?), o célebre lema dos misóginos: «Se fores ter com a mulher, leva o chicote». Esta coabitação não foi fácil: nenhum dos dois homens conseguia resistir ao vício, afinal também masculino, da posse e das cenas de ciúme. Em Fevereiro de 1883, Nietzsche isolava-se para escrever *Assim Falava Zaratustra*, o poema filosófico da frustração por um amor impossível. Quando Lou se casou, em 1887, chegou a falar em suicídio; em 1899 enlouqueceu, em 1900 morreu. Um ano depois, Paul Rée suicidou-se no lugar em que Lou Salomé recusara a sua proposta de casamento, dezanove anos antes.